

Planejamento Urbano e Regional

Bianca Camargo Martins
(Organizadora)

Bianca Camargo Martins

(Organizadora)

Planejamento Urbano e Regional

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Karine de Lima
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P712	Planejamento urbano e regional [recurso eletrônico] / Organizadora Bianca Camargo Martins. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-383-5 DOI 10.22533/at.ed.835190506 1. Planejamento urbano – Brasil. 2. Sociologia urbana. 3. Urbanização – Brasil. I. Martins, Bianca Camargo. CDD 307.760981
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A urbanização brasileira se deu de maneira rápida e desordenada. Em poucas décadas, o Brasil passou de um país predominante agrário para um país urbanizado. O descompasso entre o planejamento urbano e os altos índices do êxodo rural trouxe consequências graves para as cidades e para a qualidade de vida de seus habitantes que reverberam até os dias de hoje. Assim, a urbanização gerou uma ampla gama de demandas e processos de exclusão que se cristalizam nos desequilíbrios locais, regionais, urbano-rurais e urbanos.

Segundo dados do último Censo, a população urbana brasileira é de 160.925.792 habitantes, cerca de 85% da população total. Porém, grande parte da população ainda carece de acesso à moradia, ao saneamento, e à vida urbana de qualidade.

Na perspectiva do direito à cidade, torna-se fundamental articular as lutas em torno das necessidades de reprodução social e de um novo projeto de cidade. O direito à cidade é, então, uma promessa duradora de longínquo cumprimento, que reflete o desejo da sociedade contemporânea por um futuro onde as próximas gerações possam usufruir de condições urbanas melhores do que as atuais.

O foco da presente edição do livro “Planejamento Urbano e Regional” mostra a importância e a amplitude da discussão sobre o direito à cidade no contexto nacional. Os textos aqui contidos são um convite à reflexão e reúnem autores das mais diversas instituições de ensino superior do Brasil, que socializam o acesso a estas importantes pesquisas e reflexões. Afinal, discutir a cidade é discutir cultura, economia, política, arte, meio ambiente e diversos outros temas fundamentais.

Acredito que os trabalhos aqui apresentados são de grande relevância para o meio acadêmico. Em tempos em que o futuro das políticas urbanas é obscurecido pela crise política atual, é imprescindível fomentar e valorizar a produção científica e o pensamento crítico sobre a vida nas cidades. Aproveite a leitura!

Bianca Camargo Martins

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O ESTADO: RESGATE TEÓRICO E REFLEXÕES	
Raquel Dantas do Amaral	
DOI 10.22533/at.ed.8351905061	
CAPÍTULO 2	18
A EXPERIÊNCIA RECENTE DO URBANISMO E SUAS PERSPECTIVAS	
Fernando Antônio Santos de Souza	
Carolina Costa Déda Oliveira	
Pedro Antônio Almeida Santos	
DOI 10.22533/at.ed.8351905062	
CAPÍTULO 3	29
CIDADES INTELIGENTES: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) INSTRUMENTANDO O PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL	
Roberto Righi	
Roberta Betania Ferreira Squaiella	
DOI 10.22533/at.ed.8351905063	
CAPÍTULO 4	41
A TRANSFORMAÇÃO DE BAKU: MAPEAMENTO DE SETORES E ARCOS DE DESENVOLVIMENTO URBANO	
Danilo Firbida de Paula	
Maria Isabel Imbronito	
Adilson Costa Macedo	
DOI 10.22533/at.ed.8351905064	
CAPÍTULO 5	56
PLANEJAMENTO URBANO E O DESAFIO DA GESTÃO AMBIENTAL	
Rachel Figueiredo Viana Martins	
DOI 10.22533/at.ed.8351905065	
CAPÍTULO 6	70
IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS COMPENSATÓRIAS AO USO E OCUPAÇÃO DESORDENADA DO SOLO URBANO DE UM BAIRRO DE PERIFERIA NA CIDADE DE BACABAL – MARANHÃO	
Roraima Silva Fernandes	
DOI 10.22533/at.ed.8351905066	
CAPÍTULO 7	84
CONFLITOS ENTRE OS INTERESSES PÚBLICO E PRIVADO NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DA OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE CONSTRUIR EM BELO HORIZONTE	
Reginaldo Magalhães de Almeida	
Juliana Lamego Balbino Nizza	
Lucas Isaac Fernandes	
Laís Moreira de Castro	
Julia Malard Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.8351905067	

CAPÍTULO 8	99
O ESPAÇO URBANO E A SEGREGAÇÃO SOCIAL E RACIAL EM MACAPÁ – AP	
Jacks de Mello Andrade Junior	
Eugénia da Luz Silva Foster	
DOI 10.22533/at.ed.8351905068	
CAPÍTULO 9	112
CONTRIBUIÇÕES DA SOCIOLOGIA DA AÇÃO ORGANIZADA PARA O PLANEJAMENTO URBANO: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DE ATORES METROPOLITANOS	
Natalia Aguiar Mol	
DOI 10.22533/at.ed.8351905069	
CAPÍTULO 10	130
O ACESSO A SERVIÇOS E O DESENVOLVIMENTO HUMANO: UMA ANÁLISE ESPACIAL PARA OS MUNICÍPIOS MINEIROS NOS ANOS 2000 E 2010	
Geórgia Fernandes Barros	
Bethânia Maria Gonçalves Klier	
Marcelo Cambraia de Alvarenga	
DOI 10.22533/at.ed.83519050610	
CAPÍTULO 11	143
ASPECTOS METODOLÓGICOS PARA ANÁLISE DE ARRANJO URBANO-REGIONAL NA DIVISA DOS ESTADOS DE MINAS GERAIS E SÃO PAULO	
Maria Fabiana Lansac	
DOI 10.22533/at.ed.83519050611	
CAPÍTULO 12	165
TRANSPORTE E POLÍTICAS DE OCUPAÇÃO: O DESENVOLVIMENTO DA MESORREGIÃO NORDESTE DE MATO GROSSO	
João Augusto Dunck Dalosto	
Cássius Dunck Dalosto	
Antônio Pasqualetto	
Alex Sandro Pilatti	
DOI 10.22533/at.ed.83519050612	
CAPÍTULO 13	176
MODERNIDADE E COMUNICAÇÕES: MEIOS DE TRANSPORTE E O TERRITÓRIO URBANO	
Taís Schiavon	
DOI 10.22533/at.ed.83519050613	
CAPÍTULO 14	199
UM ENSAIO SOBRE AS VELHAS DINÂMICAS ESPACIAIS NOS NOVOS ESPAÇOS DO TRANSCARIOCA EM MADUREIRA	
Josielle Cíntia de Souza Rocha	
Maria de Lourdes Pinto Machado Costa	
DOI 10.22533/at.ed.83519050614	
CAPÍTULO 15	211
MAPA DOS SONS DO BAIXO SÃO FRANCISCO	
Walcler de Lima Mendes Junior	

DOI 10.22533/at.ed.83519050615

CAPÍTULO 16 221

ANÁLISE DO SISTEMA DE LOGÍSTICA REVERSA DE LÂMPADA FLUORESCENTE NA CIDADE DE SÃO PAULO

Samara Nicolau Puopolo

Cláudia Echevengua Teixeira

Ana Candida Melo Cavani Monteiro

DOI 10.22533/at.ed.83519050616

CAPÍTULO 17 234

ESCALAS E CONFLITOS: ENTRELACE ENTRE EDUCAÇÃO E ARQUITETURA NO ENSINO DE PROJETO

Flora Fernandez

Alain Flandes

DOI 10.22533/at.ed.83519050617

CAPÍTULO 18 243

FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL: PANORAMA GERAL DA ARQUITETURA E DO DESIGN NO NORDESTE BRASILEIRO

Andrea Carolino do Monte

Izabel Farias Batista Leite

Heitor de Andrade Silva

DOI 10.22533/at.ed.83519050618

CAPÍTULO 19 257

ANÁLISE DE PRÉ-REQUISITOS DA ETIQUETA PBE-EDIFICA DO BLOCO DOS PROFESSORES DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO

Francisco Caio Bezerra de Queiroz

Wiriany Kátia Ferreira Silva

Clara Ovídio de Medeiros Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.83519050619

SOBRE A ORGANIZADORA..... 267

O ESPAÇO URBANO E A SEGREGAÇÃO SOCIAL E RACIAL EM MACAPÁ – AP

Jacks de Mello Andrade Junior

Professor na Faculdade Estácio de Macapá,
Colegiado de Comunicação Social
Macapá – AP

Eugénia da Luz Silva Foster

Professora na Universidade Federal do Amapá,
Departamento de Educação
Macapá – AP

URBAN SPACE AND SOCIAL AND RACIAL SEGREGATION IN MACAPÁ – AP

ABSTRACT: This article intends to bring an approach to the socioeconomic situation of the black people in Brazil and to initiate a discussion about the space of the black people in the configuration of the urban space in the Country and specifically in the municipality of Macapá, capital of the state of Amapá. To do so, it carries out an analysis of a bibliographic nature, bringing contributions from several authors that approach the theme, and proposes a critical analysis in the municipality of Macapá - AP, bringing reflections about being considered the capital with the least racial segregation of the country, from the visualization of IBGE (2010) racial data incorporated into a map system.

KEYWORDS: racial segregation; ethnic-racial relations; urban space.

RESUMO: Este artigo pretende trazer uma abordagem da situação socioeconômica do negro no Brasil e iniciar uma discussão sobre o espaço do negro na configuração do espaço urbano no País e, especificamente, no município de Macapá, capital do estado do Amapá. Para tanto, realiza uma análise de natureza bibliográfica, trazendo contribuições de diversos autores que abordam a temática, e propõe uma análise crítica no município de Macapá – AP, trazendo reflexões sobre ser considerada a capital com menor segregação racial do país, a partir da visualização de dados raciais do IBGE (2010) incorporados a um sistema de mapas.

PALAVRAS-CHAVE: segregação racial; relações étnico-raciais; espaço urbano.

1 | INTRODUÇÃO

Em uma sociedade marcada pelas desigualdades sociais, a organização do espaço urbano brasileiro acaba por separar ainda mais as pessoas. Os condomínios fechados tornam-se verdadeiras ilhas, onde somente os iguais podem habitar e conviver, protegidos ou isolados do restante da cidade.

O fator econômico e o alto preço dos espaços urbanos em áreas centrais forçam o pobre a se afastar cada vez mais. Dessa forma, as áreas “nobres” da cidade passam a ser ocupadas por um grupo com cultura, costumes e nível financeiro comuns.

Longe dali, formam-se os aglomerados humanos em áreas periféricas, guetos e favelas, concentrando um número cada vez maior de pessoas, impedidas de viver no mesmo espaço nobre que as demais. E ao observarmos essa configuração apresentada nos espaços urbanos, não é difícil perceber a questão étnico-racial envolvida nesse contexto.

Escravizados durante quase quatro séculos no Brasil, os negros foram impedidos de evoluir social e economicamente. Por isso, amargam um atraso econômico gigantesco em comparação à população branca brasileira, como demonstraremos neste artigo adiante.

Nesse cenário, é importante que haja uma análise e discussão sobre o fator racial presente na configuração dos espaços de habitação humana nas cidades. Não é difícil observar a divisão racial perpassando a questão social na composição desses espaços urbanos no Brasil. Mas faz-se necessária uma análise consistente dessa questão, colaborando para as discussões acerca da pretensa democracia racial que muitos ainda acreditam haver no País.

Tem-se, claramente, uma concentração de pessoas brancas habitando as áreas nobres da cidade, enquanto a maioria negra ocupa áreas cada vez mais periféricas. Percebemos um movimento de exclusão que amplia a distância entre esses dois grupos, onde o Poder Público parece privilegiar sempre o primeiro, talvez por concentrar o poder econômico da cidade.

Partindo desse cenário, o presente artigo apresenta resultado de pesquisa bibliográfica, analisando a questão socioeconômica do negro no Brasil, com apresentação de dados atualizados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a discussão das questões raciais presentes em nossa sociedade.

A partir daí, passamos a apresentar ideias e pensamentos de autores que discutem a organização do espaço urbano sob a ótica social, para, então, trazermos análises de pesquisadores que evidenciam as questões étnico-raciais presentes na configuração desses espaços em municípios brasileiros.

Finalmente, propomos uma análise crítica sobre o município de Macapá – AP, trazendo reflexões sobre ser considerada a capital menos segregada racialmente do País, a partir de dados do Censo Demográfico do IBGE (2010) incorporados a um sistema que possibilita a visualização da ocupação racial do território através de mapas.

2 | A DISCRIMINAÇÃO RACIAL E O NEGRO NO BRASIL

A discriminação racial, de acordo com a Convenção Internacional para Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial da ONU (Organização das Nações Unidas), que foi adotada pelo Brasil através do Decreto nº 65.810, de 8 de dezembro de 1969, é definida, em seu artigo 1º, item 1, como:

[...] qualquer distinção, exclusão restrição ou preferência baseadas em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tem por objetivo ou efeito anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício num mesmo plano, (em igualdade de condição), de direitos humanos e liberdades fundamentais no domínio político econômico, social, cultural ou em qualquer outro domínio de vida pública. (BRASIL, 1969)

Ainda hoje é discutido se realmente há ou não discriminação racial no Brasil. Aqueles que admitem sua existência citam os vários casos de atitudes racistas ocorridos cotidianamente em diversos setores da sociedade. Já os que não admitem a existência de discriminação racial no Brasil fundamentam sua posição no fato de que o País abriga um grande número de mestiços e que a verdadeira discriminação considera a classe social do indivíduo e não a cor de sua pele (LOBO, 2008).

A simples existência dessa dúvida, apesar dos diversos estudos e pesquisas que demonstram a vulnerabilidade socioeconômica do negro no Brasil, aponta para o perigo dessa situação, conforme explica a procuradora de Justiça e representante do Conselho Nacional do Ministério Público, Maria Bernadete Figueroa: “o racismo é um grande desconhecido do povo brasileiro e das instituições deste país. As pessoas não conhecem o conceito e, por isso, acham que ele nem existe” (PNUD, 2015). Ainda segundo Figueroa, conhecer e admitir a existência da discriminação racial é fundamental para identificar os mecanismos institucionais que determinam a reprodução do racismo no Brasil.

Antes de prosseguirmos, cabe um esclarecimento. Conforme pontua Sales Augusto dos Santos (2002), negras são as pessoas classificadas como pretas e pardas nos censos e pesquisas demográficas realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

[...] a diferença entre pretos e pardos no que diz respeito à obtenção de vantagens sociais e outros importantes bens e benefícios (ou mesmo em termos de exclusão dos seus direitos legais e legítimos) é tão insignificante estatisticamente que podemos agregá-los numa única categoria, a de negros, uma vez que o racismo no Brasil não faz distinção significativa entre pretos e pardos, como se imagina no senso comum (SANTOS, 2002, p.13).

Feito o esclarecimento, é importante destacar que a vulnerabilidade socioeconômica do negro no Brasil é histórica e se reforça a cada ano, apesar de, hoje, o negro representar a maioria da população brasileira. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2014) divulgada pelo Instituto Brasileiro

de Geografia e Estatística (IBGE, 2015), hoje, a maioria da população brasileira é formada por negros. São 53,6% da população entre pardos (45%) e pretos (8,6%), totalizando quase 110 milhões (108.915.200) de brasileiros negros.

Dessa forma, e observando os números trazidos pelo IBGE (2015), que mostram a situação de pobreza do negro no Brasil, correspondendo a 76% da população mais pobre do País (IBGE, 2015), a baixa formação escolar, com apenas 52,6% da população negra com idade entre 20 a 22 anos concluindo o ensino médio em 2014 e 45,5% dos negros com idade de 18 a 24 anos cursando o ensino superior, e a exclusão do mercado formal de trabalho, com 48,4% dos negros trabalhando na informalidade (IBGE, 2015b), fica evidente a existência da discriminação racial no Brasil.

Porém, de acordo com Schuwarcz (apud LOBO, 2008), é preciso atentar para a forma como a discriminação racial é apresentada em nosso País:

[...] ninguém nega que exista racismo no Brasil, mas sua prática é sempre atribuída a 'outro'. Seja da parte que age de maneira preconceituosa, seja daquela de quem sofre com o preconceito, o difícil é admitir a discriminação e não o ato de discriminar.

Nesse sentido, Fanon (2008) já alertava em sua obra “Pele negra, máscaras brancas”, escrita originalmente nos anos 1940 e publicada em 1952, que o negro é vítima de uma ideologia que ignora sua cor e quer forçá-lo a buscar sua realização enquanto humano somente dentro de um mundo branco. Ao ignorar sua cor, a sociedade dominante passa a negar o próprio racismo, dando espaço a práticas discriminatórias veladas, como vemos atualmente no Brasil. Segundo o autor, não existe comparação entre tipos de racismos, ações mais racistas ou menos racistas. Existe o racismo ou não existe. E enquanto essa evidência não for compreendida, o racismo velado ainda causará muitos problemas.

3 | O NEGRO NO ESPAÇO URBANO DE MACAPÁ - AP

O principal argumento daqueles que não reconhecem a existência do racismo no Brasil é a afirmação de que as discriminações sociais são motivadas por fatores financeiros, sem qualquer influência racial. Porém, como já demonstramos anteriormente neste artigo, a herança histórica da exploração do negro no Brasil tem reflexos em diversas áreas, sobretudo no desenvolvimento econômico.

A autora Lélia Gonzalez (apud RATTS, 2012, p. 220) explica de forma direta essa questão, trazendo o conceito aristotélico de “lugar natural” e demonstrando que, dentro da configuração habitacional histórica das cidades, está clara a divisão entre lugar de branco e lugar de negro:

O lugar natural do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento: desde os antigos feitores, capitães do mato, capangas, etc., até a polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do

sobrado, aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural no negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (cujos modelos são os guetos dos países desenvolvidos) dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço.

Nessa perspectiva, há uma tendência em tratar os bairros pobres como ocupações ou invasões de áreas urbanas, sendo constituídos por populações negras, afastadas do discurso urbanístico. Barreto (2010) enfatiza que apesar de não se ter mais os açoites e chicotes dos feitores como formas de castigo, as discriminações raciais, atividade penosas, o preconceito e os piores lugares para se morar acabam constituindo-se como uma nova forma de castigo.

Seguindo essa linha de raciocínio, Campos (2006) relata que as cidades não foram feitas para as classes mais pobres, logo o transporte é deteriorado, os pobres, principalmente uma parcela significativa de afrodescendentes, sofrem com as carências urbanas, como transporte, habitação, educação, lazer, entre outros. E que o planejamento urbano nas cidades brasileiras é ineficiente quanto ao fato de atender as necessidades das populações mais pobres.

Andreino Campos (2005), em sua obra “Do quilombo à favela: A produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro”, traz o pensamento do Estado sobre a questão racial na configuração do espaço urbano brasileiro após a abolição da escravidão:

O Estado, associado aos interesses das classes dominantes e acionando seu aparelho de repressão, definiu os diversos usos do solo urbano, excluindo parcelas significativas da população. No que diz respeito às classes mais pobres, compostas em sua grande parte por negros (libertos ou fugidos da escravidão), e que já se estabeleciam dentro e fora da cidade legal, no que CHALHOUB (1996) denominou “cidade negra”, foram vitimizadas na questão da formação sócio-espacial, impedidas de permanecer por longos períodos em uma parcela do solo urbano. (CAMPOS, 2005, p. 77)

Segundo a análise do autor, essa situação não se alterou durante o tempo, trazendo para os anos atuais a segregação dos negros em favelas e espaços desestruturados, onde os direitos sociais e a cidadania não chegam até a população.

Assim como os negros escravos, que não tinham direitos civis, os favelados, enquanto favelados (reafirmando-se sua maioria como afrodescendentes), também não os têm, pois até os direitos mínimos, constitucionais, são literalmente ignorados pela sociedade. [...] Demonstrou-se que, historicamente, a segregação espacial, ou a discriminação étnica de um dado segmento social, é constituída para atender aos interesses de grupos socialmente dominantes. (CAMPOS, 2005, pp. 151 e 158)

Através de pesquisa realizada e publicada pelo Nexo, jornal digital com sede na cidade de São Paulo (SP), pudemos ter acesso a um sistema capaz de apontar visualmente a ocupação dos espaços brasileiros por raça, de acordo com os dados do último censo do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – no ano de

2010 (IBGE, 2010). Publicada sob o título “Mapa revela segregação racial no Brasil”, em 09/12/2015, com autoria de Daniel Mariani, Murilo Roncolato, Simon Ducroquet e Ariel Tonglet, a reportagem traz uma análise sobre a segregação racial no Brasil e a possibilidade de, através do mapa disponibilizado, obtermos a visualização da ocupação racial de qualquer capital brasileira, incluindo Macapá (AP), objeto da discussão neste capítulo. O material publicado pode ser acessado no seguinte endereço da internet: <https://www.nexojornal.com.br/especial/2015/12/16/O-que-o-mapa-racial-do-Brasil-revela-sobre-a-segregação-no-país> .

Dessa forma, temos o mapa do Brasil com a visualização da ocupação espacial de acordo com a classificação por cor/raça, dividida segundo o Censo 2010 do IBGE, apontada pela legenda, conforme segue:

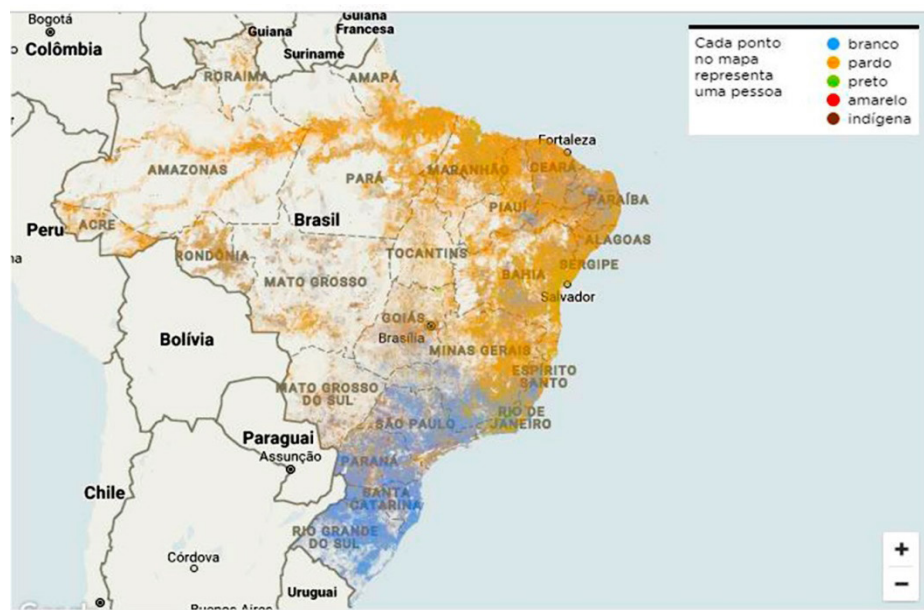


Figura 01 – Mapa da ocupação racial no Brasil

Fonte: MARIANI et al (2015).

O mapa possibilita a visualização clara da divisão racial existente, sobretudo, entre as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, formada majoritariamente por negros (pretos e pardos) e as regiões Sul e Sudeste do País, onde predomina a população branca. Conforme lembrado pelos autores da referida pesquisa (MARIANI et al, 2015), essa divisão tem origem histórica, com a utilização de mão de obra escrava em maior número na região Nordeste e nos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro devido, principalmente, ao cultivo de cana-de-açúcar, à mineração do ouro e à produção de café. Além disso, ainda segundo a pesquisa, a presença da capital brasileira no Rio de Janeiro até 1960, a vinda dos imigrantes europeus (incentivada por políticas de colonização) e a concentração da industrialização nas regiões Sul e Sudeste são fatores que podem ter contribuído para essa divisão.

Para analisar e classificar o nível de segregação racial de uma cidade, a equipe utilizou um ranking, obtido da seguinte forma:

O ranking foi montado a partir do índice demográfico de dissimilaridade, de 0 a 100, utilizado para comparar a presença de dois grupos distribuídos em pequenas áreas (regiões censitárias) em relação à composição total da cidade. Imaginemos uma cidade que possui 10 setores censitários e é composta por 90% brancos e 10% negros. O índice será 100 se todos os negros estiverem concentrados em apenas um setor e todos os brancos nos demais; e será 0 (zero) se todos os setores censitários tiverem a mesma composição da cidade (no caso, 90% brancos e 10% negros). (MARIANI et al, 2015, n.p.)

Através do ranking elaborado pelos autores, a pesquisa traz a classificação das capitais brasileiras de acordo com o nível de segregação racial, conforme segue:

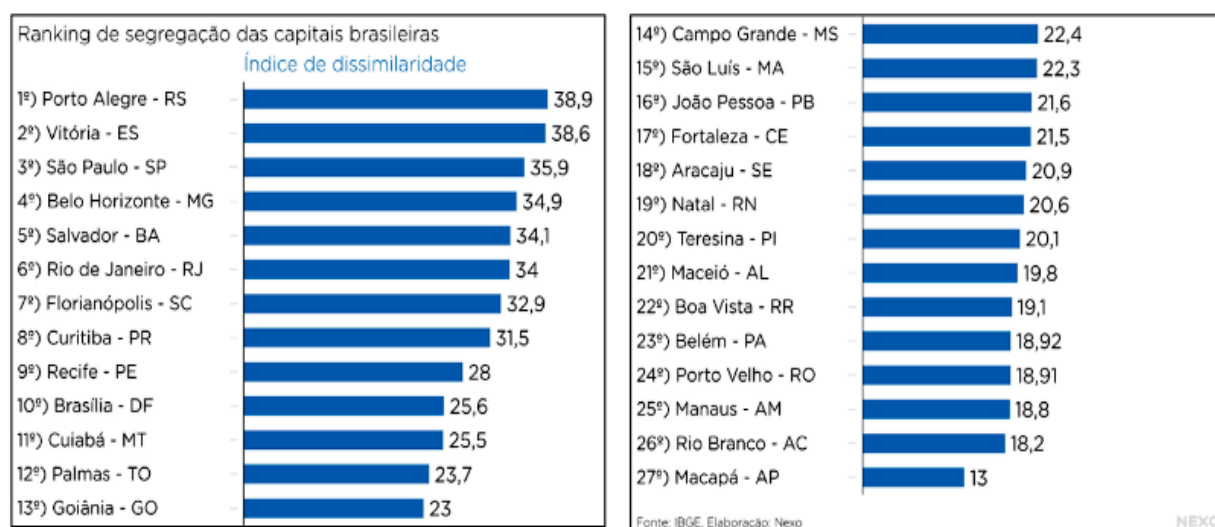


Figura 02 – Ranking de segregação das capitais brasileiras

Fonte: MARIANI et al (2015).

O resultado aponta Porto Alegre (RS) como a capital mais segregada racialmente do País, com índice de dissimilaridade de 38,9 pontos, seguida com pouca diferença por Vitória (ES), que apresenta índice de 38,6 pontos. Brasília (DF), capital do Brasil, que ocupa a 10ª posição no ranking, com 25,6 pontos. E Macapá (AP), com 13 pontos, apresenta-se como a capital brasileira com menor índice de segregação racial.

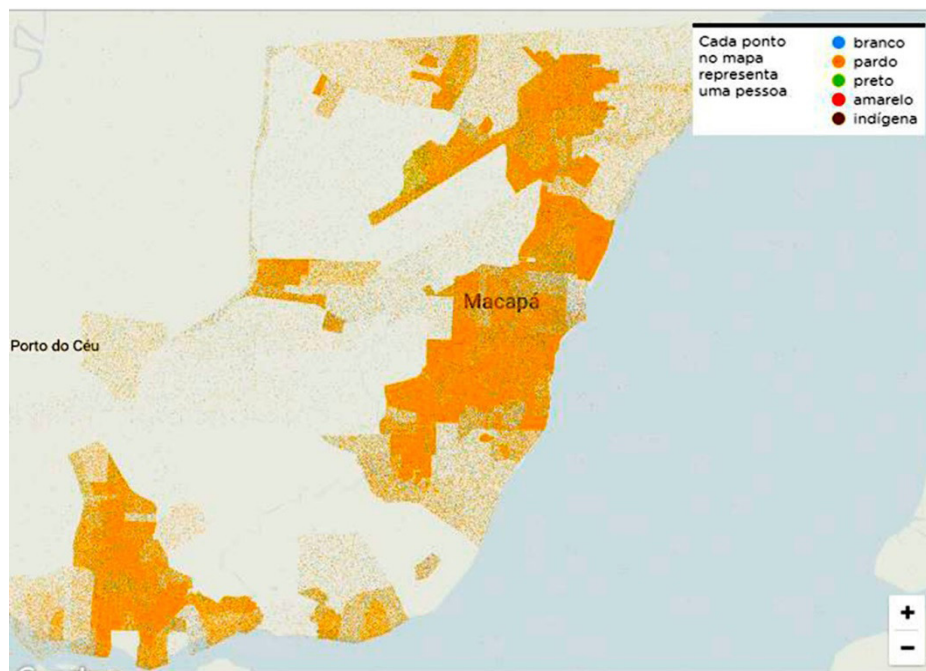


Figura 03 – Mapa da ocupação racial em Macapá - AP

Fonte: MARIANI et al (2015).

De acordo com o IBGE (2010), a população de Macapá, capital do estado do Amapá, é composta por maioria negra, sendo 72% de pretos e pardos segundo o último Censo, colocando a cidade como a terceira capital com maior predominância de negros no País. Situado no extremo norte do Brasil, o estado do Amapá possui particularidades ambientais que lhe são atribuídas principalmente por localizar-se na foz do rio Amazonas, que lhe confere a possibilidade de uso ímpar de suas riquezas naturais (CHAGAS, 1997 apud TAKIYAMA, 2012).

No setor costeiro amazônico, encontra-se o maior quantitativo populacional do estado, fato gerador de problemas sociais e, por consequência, de pressões sobre o meio ambiente (TAKIYAMA, 2012).

Aliado a esses fatores, somam-se outros agravantes, como a alta densidade populacional apresentada na cidade de Macapá, fator que proporciona o aumento dos problemas urbanos nessa região (SOUZA, 2014).

Para melhor analisar a distribuição racial da população na capital amapaense, o mapa gerado pela equipe do Nexo (MARIANI et al, 2015) possibilita uma ampliação um pouco maior que a demonstrada anteriormente, permitindo verificar a ocupação racial de acordo com alguns bairros de Macapá. Apesar de a definição não proporcionar melhor qualidade na identificação dos nomes desses bairros, é possível fazer a leitura correta e traçar algumas análises a partir daí. Em contato direto com a equipe do Nexo, fomos informados de que os computadores que armazenam eletronicamente os dados do jornal não suportam uma qualidade maior de imagem no mapa.

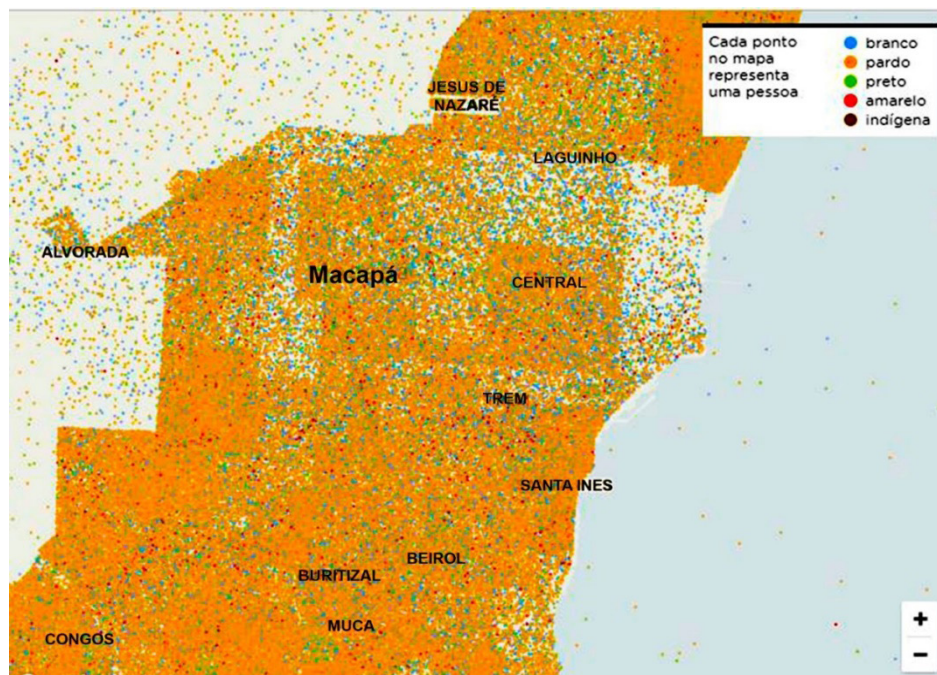


Figura 04 – Mapa da ocupação racial nos principais bairros de Macapá - AP
 Fonte: MARIANI et al (2015).

A partir desse mapa, pode-se visualizar os dados analisados pela equipe de pesquisadores do Nexu (MARIANI et al, 2015) para Macapá ser considerada a capital menos segregada racialmente do País. Percebe-se a predominância de negros por toda a cidade, o que já poderia ser esperado a partir da proporção de 72% de pretos e pardos na composição de sua população segundo o IBGE (2010). A população branca encontra-se dispersa por toda a capital, sendo mais percebida nas áreas centrais, o que pode ser explicado pela história da urbanização de Macapá.

A cidade foi edificada sob conflitos sociais que marcam a história dos negros na região, quando Janary Nunes, primeiro governador do Amapá (de 1944 a 1956) retirou várias pessoas, a maioria negros, que habitavam a frente da cidade e as transferiu para a região afastada na época (atual bairro do Laguinho) e para os quilombos existentes, como o “Quilombo do Curiaú”, por exemplo. Essas pessoas, na maioria negros remanescentes da Guiné Portuguesa, vieram para a construção da Fortaleza de São José de Macapá e acabaram por habitar no entrono do monumento, fazendo ali as suas moradias (PESSOA; VENERA, 2013).

Essa remoção dos negros da região central de Macapá surgiu em virtude da política de Getúlio Vargas (Estado Novo, 1937 a 1945) que tinha o propósito de reestruturar o país, regenerar a sociedade com seus planos de modernização. Em Macapá, por exemplo, essa política resultou na exclusão dos negros do entorno da Fortaleza, onde passaram a ser lembrados apenas nas comemorações e festas alusivas à sua cultura (PESSOA; VENERA, 2013).

Fato interessante a ser ressaltado é com relação à ocupação atual do bairro Laguinho. Apesar de sua formação histórica ter levado a região a ser habitada pelos

negros que foram removidos das áreas centrais de Macapá, hoje o bairro apresenta presença significativa da população branca, conforme demonstrado no mapa. Esse fato pode ser explicado pela *gentrificação*, processo fundamentalmente urbano que “consiste em uma série de melhorias físicas ou materiais e mudanças imateriais – econômicas, sociais e culturais – que ocorrem em alguns centros urbanos antigos, os quais experimentam uma apreciável elevação de seu *status*.” (BATALLER, 2012, p. 10).

Segundo a autora, esse processo caracteriza-se pela ocupação das áreas centrais da cidade por parte da população de classe média, com maior poder aquisitivo, afastando os antigos moradores desses locais, de classe mais baixa, para áreas periféricas, onde o valor do solo é menor. Essa mudança vem acompanhada de investimentos nessas áreas centrais, nas próprias moradias, com reformas ou novas construções; na área econômica, com o surgimento de novos comércios que atendam a essa nova classe de moradores; além de investimentos sociais, através de equipamentos e serviços públicos que antes não existiam ali, ou existiam de forma mais precária (BATALLER, 2012).

Assim sendo, além de provocar mudanças estruturais nas áreas urbanas, o processo de gentrificação promove profundas alterações sociais (BATALLER, 2012), contribuindo para a segregação social dentro das cidades, estabelecendo fronteiras visíveis entre as áreas centrais e as periféricas. A gentrificação mostra-se como um processo muito diversificado, podendo seguir várias trajetórias, transformar total ou parcialmente as áreas, com protagonistas diversos, com causas e consequências complexas e de difícil determinação. Por conta disso, a natureza desse fenômeno é bastante controversa para os pesquisadores que se debruçam sobre a área (BATALLER, 2012).

Analisando a distribuição racial da população em Macapá e considerando os aspectos históricos da formação e urbanização da cidade trazidos anteriormente, podemos observar o processo de gentrificação ocorrendo nas áreas centrais, o que explicaria a presença maior (ainda que não absoluta) de pessoas brancas nessas áreas, afastando os antigos moradores para regiões periféricas. É importante lembrar que Macapá é caracterizada como a capital menos segregada racialmente do País (MARIANI et al, 2015), com sua população formada por 72% de negros, e que, possivelmente por conta disso, a população branca esteja mais diluída em seu território urbano.

Outra explicação para essa situação é que o processo de gentrificação não ocorre de maneira semelhante em todos os locais. Conforme explica Van Weesep (apud BATALLER, 2012, p.14), “alguns bairros funcionam durante muito tempo como áreas mistas, onde convive gente de diversos níveis socioeconômicos, enquanto outros bairros transformam-se rápida e completamente, modificando toda a estrutura socioeconômica da área”. Observamos claramente esse fenômeno ao trafegar pelas ruas das áreas centrais de Macapá. Diferente de outras capitais do País, encontramos

belas e luxuosas construções residenciais dividindo a mesma rua com casas simples e até barracos feitos de madeira.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para contribuir com um desenvolvimento social igualitário, é necessário se discutir o mito da igualdade racial no Brasil, reconhecendo a segregação social, econômica, cultural e espacial a que são submetidos os negros no País. Este artigo pretendeu fortalecer essa discussão, uma vez que reuniu importantes pesquisas de diferentes autores que trabalham o tema com contribuições de diversas áreas do saber.

Demonstrada essa condição, a sociedade brasileira poderá consolidar uma reflexão crítica sobre as configurações atuais do espaço urbano e projetar um futuro diferente da realidade atual. Um ambiente socialmente democrático proporcionará maior convivência humana e possibilitará o fim do isolamento a que cada vez mais a humanidade tem caminhado.

A partir da consolidação desse pensamento, a sociedade poderá cobrar de seus representantes políticos, ações concretas de planejamento e organização urbanos em busca de um cenário menos segregador, que proporcione a convivência harmônica entre todas as raças e classes sociais, com acesso igualitário a bens e serviços públicos, favorecendo a conquista de menores índices de violência, através da inclusão territorial e do consequente senso de pertencimento.

O fato de Macapá ser considerada a capital com menor índice de segregação racial não deve ser utilizado como motivo de comemoração ou acomodação por parte da sociedade ou da comunidade acadêmica. Como demonstramos neste artigo, a cidade, desde sua formação, impõe ao negro o espaço onde deve viver. Antes, forçados por ação do governo, agora, por questões econômicas ligadas ao processo de gentrificação que ocorre nas áreas centrais.

É preciso ficar atento a todo esse cenário, dinâmico, e buscar formas de contribuir para o direito igualitário à habitação e ao território para negros e brancos, colaborando para que haja uma democracia racial de fato, que coloque Macapá em uma posição real de destaque por proporcionar igualdade de oportunidade para os 72% de negros de sua população.

Dessa forma, as reflexões propostas neste artigo configuram um passo essencial para a busca de um desenvolvimento social igualitário, onde negros e brancos terão igualdade de acesso, de qualificação, de oportunidades, de crescimento e, como consequência, de desenvolvimento em todos os sentidos, seja pessoal, social, cultural ou econômico.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, ANA CLAUDIA DE JESUS. **O lugar dos negros pobres na cidade**: estudo na área de risco do bairro Dom Bosco. 2010. 136 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010.
- BATALLER, Maria Alba Sargatal. **O estudo da gentrificação**. Revista Continentes, Rio de Janeiro, UFRJ, ano 1, n. 1, 2012. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/revistaconti/pdfs/1/ART1.pdf>>. Acesso em: set. 2016.
- BRASIL. **Decreto nº 65.810, de 8 de dezembro de 1969**. Promulga a Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial. Brasília, DF, 1969. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao>>. Acesso em jan. 2016.
- _____. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.br/legislacao>>. Acesso em jan. 2016.
- _____. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em jan. 2016.
- _____. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010**. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em jan. 2016.
- _____. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, DF, 2012. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em jan. 2016.
- CAMPOS, Adrelino. **Do quilombo à favela**: A produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- CAMPOS, A. de O. **O planejamento urbano e a “invisibilidade” dos afrodescendentes**. 2006. 392. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://objdig.ufrj.br/16/teses/680588.pdf>>. Acesso em: ago. 2016.
- CARRIL, L. **Quilombo, favela e Periferia**: A longa busca da cidadania. São Paulo: Annablume, 2006.
- D’ADESKY, J. **Pluralismo Étnico e Multi-Culturalismo**: racismos e anti-racismos no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.
- DOMINGUES, Petrônio. **O recinto do sagrado**: Educação e antirracismo no Brasil. Cadernos de Pesquisa, v.39, n.138, p.963-994, set/dez. 2009.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FIGUEREDO, D. A. **Espaços Negros Urbanos**: Segregação e Preconceito nas cidades brasileiras. VII Congresso Brasileiro de Geógrafos – Anais do VII CBG, Vitória-ES, 2014. 9 p.
- IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/english/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/tabelas_pdf/tab3.pdf. Acesso em set. 2016.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2014**. Rio de Janeiro, IBGE, 2015.
- IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2015. Rio de Janeiro, IBGE, 2015b.

LOBO, Bárbara Natália Lages. **A discriminação racial no Brasil**: Verdades e mitos. In: V Seminário Sociedade Inclusiva, Diversidade e Sustentabilidade. Belo Horizonte, out. 2008. Disponível em: <proex.pucminas.br/sociedadeinclusiva/>. Acesso em: jan. 2016.

MARIANI, Daniel et al. **Mapa revela segregação racial no Brasil**, 2015. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/especial/2015/12/16/O-que-o-mapa-racial-do-Brasil-revela-sobre-a-segregação-no-país>. Acesso em: set. 2016.

PESSOA, M. do N.; VENERA, R. A. L. S. **Discursos e tensões sobre o enobrecimento e apropriações dos negros na fortaleza de São José de Macapá**. I Simpósio de Patrimônio Cultural de Santa Catarina - "Patrimônio Cultural: Saberes e Fazeres Partilhados", Florianópolis, SC, 2013. 11 p.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Seminário discute racismo institucional e busca sensibilizar sociedade para o enfrentamento do problema**. Publicado em 14 de maio de 2015. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/Noticia.aspx?id=4071>. Acesso em jan. 2016.

RATTS, A. Temas geográficos no pensamento de Beatriz Nascimento e Lélia Gonzales, *in* SANTOS, R. E. (Org.). **Questões urbanas e racismo**. Coleção Negras e Negros: Pesquisas e Debates. Petrópolis, RJ: ABPN, 2012.

SANTOS, S. A. dos. **Ação Afirmativa ou a Utopia Possível**: O Perfil dos Professores e dos Pós-Graduandos e a Opinião destes sobre Ações Afirmativas. Brasília: ANPEd / 2º Concurso Negro e Educação, mimeo, 2002.

SOUZA, A. C. M. **Análise do planejamento urbano de um espaço em transformação**: As cidades de Macapá e Santana na perspectiva do Desenvolvimento Local. 2014. 120 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Universidade Federal do Amapá, Macapá – AP. Disponível em: <http://www2.unifap.br/ppgmdr/files/2016/03/DISSERTA%C3%87%C3%83O_ANACLAUDIAMACHADO.pdf>. Acesso em: set. 2016.

TAKIYAMA, Luís, R. et al. **Projeto zoneamento ecológico econômico urbano das áreas de ressacas de Macapá e Santana, estado do Amapá**: Relatório técnico final. Macapá: IEPA, 2012. Disponível em: <http://www.mpap.mp.br/images/PRODEMAC/livros/Livro%20Ressacas.pdf>. Acesso em: set. 2016.

SOBRE A ORGANIZADORA

Bianca Camargo Martins: Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Especialista em Arquitetura e Design de Interiores pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e Mestranda em Planejamento e Governança Pública pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, onde desenvolve uma pesquisa sobre a viabilidade da implantação de habitação de interesse social na área central do Município de Ponta Grossa – PR. Há mais de cinco anos atua na área de planejamento urbano. É membra fundadora da Associação de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural (APPAC). Atualmente é docente da Unicesumar, onde é responsável pelas disciplinas de urbanismo, desenho urbano e ateliê de projeto.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-383-5

